



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 5

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 5

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história 5

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P737 Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história 5 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-121-0

DOI 10.22533/at.ed.210212605

1. História. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Esta é mais uma obra organizada pela Atena Editora para 2021, focando nas teorias e metodologias da pesquisa historiográfica em várias regiões do Brasil. O livro “Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História”, volume 5, começa com artigos da região norte e nordeste do Brasil trazendo abordagens acerca das paisagens fluviais do rio Cocó, em Fortaleza, o educandário de Manaus-AM e também estudos sobre o tambor da mata no Maranhão.

Nesta obra você também encontra para leitura capítulos a respeito das relações raciais no ensino de história, um capítulo dedicado à revista Nova escola, dentre outros. Para além dos temas de ensino e metodologias, há também capítulos dedicados à pesquisa historiográfica com diversas fontes, seja por meio de periódicos, de memórias individuais e/ou coletivas, sobre os mais diversos temas: ditadura civil militar, estudos sobre a morte e utilização de mídias alternativas.

Em um momento de cortes de bolsas de pesquisas e de descrédito em relação à ciência brasileira, torna-se cada vez mais importante defender obras que divulguem pesquisas de qualidade desenvolvidas em várias regiões do Brasil. Muitos capítulos aqui publicados são frutos de longos anos de árduas pesquisas, muitas vezes financiadas por órgãos de fomento.

Espero que além de contribuir com pesquisas em andamento nas universidades, esta obra possa também ser incentivo para historiadoras e historiadores, que sejam pontos de diálogo e de construção do conhecimento histórico.

Boa leitura,

Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS TRANSMUTAÇÕES DA PAISAGEM DO RIO COCÓ Germana de Lima Girão Andrade Simone Menezes Mendes DOI 10.22533/at.ed.2102126051	
CAPÍTULO 2	11
HISTÓRIA DO EDUCANDÁRIO GUSTAVO CAPANEMA EM MANAUS DE 1942 A 1950 Adriana Brito Barata Cabral DOI 10.22533/at.ed.2102126052	
CAPÍTULO 3	22
TERECÔ, TAMBOR DA MATA, MATA ZOMBANA: LITERATURA ANTROPOLÓGICA E AGENCIAMENTO NAS TRAMAS DA ENCANTARIA MARANHENSE Victor Hugo Basilio Nunes DOI 10.22533/at.ed.2102126053	
CAPÍTULO 4	34
RELAÇÕES RACIAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA Edenar Souza Monteiro Maria de Lourdes Fanaia Castrillon DOI 10.22533/at.ed.2102126054	
CAPÍTULO 5	45
AS PROPOSTAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DE TEMAS SENSÍVEIS NO SUPORTE VIRTUAL DA REVISTA NOVA ESCOLA Márcia Elisa Teté Ramos DOI 10.22533/at.ed.2102126055	
CAPÍTULO 6	57
A ARTE EM AMÉRICA INDÍGENA: ÓRGANO TRIMESTRAL DEL INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO (1941-1960) Natally Vieira Dias Bruna Nunes de Souza DOI 10.22533/at.ed.2102126056	
CAPÍTULO 7	68
AS RAÍZES HISTÓRICAS DO CAMPESINATO BRASILEIRO Cláudia Sousa Oriente de Faria DOI 10.22533/at.ed.2102126057	
CAPÍTULO 8	80
A ESPERANÇA REPUBLICANA: ARTISTAS, OPERÁRIOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS EM PERNAMBUCO (1875-1904) Flávia Ribeiro Braga DOI 10.22533/at.ed.2102126058	

CAPÍTULO 9	95
A DOCTRINA DA ESCOLA IBÉRICA DA PAZ E O DIREITO DE CONVERTER E SER CONVERTIDO	
Adelmo José da Silva Filho	
DOI 10.22533/at.ed.2102126059	
CAPÍTULO 10	108
USOS POLÍTICOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE DILMA ROUSSEFF (2011-2016)	
Júlia Bolognini Klassmann	
DOI 10.22533/at.ed.21021260510	
CAPÍTULO 11	119
PROFESSORA ELZA VIANNA: A PRIMEIRA DOCENTE NEGRA DE NATIVIDADE-RJ	
Márcia Aparecida de Souza	
Henrique Cunha Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.21021260511	
CAPÍTULO 12	128
VIDA PÓS-MORTE NO CORPO SEM VIDA: TÉCNICAS DE EMBALSAMAMENTO E PRÁTICAS RELIGIOSAS	
Eduardo Mangolim Brandani da Silva	
Christian Fausto Moraes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.21021260512	
CAPÍTULO 13	147
A UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS ALTERNATIVAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA ESFERA PÚBLICA	
Naiara Cristina Gonçalves Rocha Passos	
Andrea Ferraz Fernandez	
DOI 10.22533/at.ed.21021260513	
SOBRE A ORGANIZADORA	156
ÍNDICE REMISSIVO	157

AS RAÍZES HISTÓRICAS DO CAMPESINATO BRASILEIRO

Data de aceite: 24/05/2021

Data de submissão: 12/03/2021

Cláudia Sousa Oriente de Faria

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- CPDA/UFRRJ - Programa de Pós-Graduação
de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade
Rio de Janeiro - RJ
<http://lattes.cnpq.br/2326323532186257>

RESUMO: Esse estudo bibliográfico, realizado a partir dos autores José de Souza Martins, Maria Izaura Pereira de Queiroz, Laura de Melo e Souza, Caio Prado Júnior entre outros, retrata a trajetória da classe camponesa brasileira e as diferentes manifestações de um passado de lutas e de resistências que foram sendo constituídas ao longo da história do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Campesinato brasileiro; classe camponesa, raízes históricas.

THE HISTORICAL ROOTS OF THE BRAZILIAN PEASANT

ABSTRACT: This bibliographic study, carried out from the authors José de Souza Martins, Maria Izaura Pereira de Queiroz, Laura de Melo and Souza, Caio Prado Júnior, among others, portrays the trajectory of the Brazilian peasant class and the different manifestations of a past of struggles and resistances that have been built up throughout the history of Brazil.

KEYWORDS: Brazilian peasantry; peasant class,

historical roots.

1 | INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é historicamente de organização complexa, dinâmica e antagonista. Segundo Gilberto Freyre essa sociedade nunca será um agregado social, sem autonomia e dinamismo. Esse admirável intelectual da história do Brasil mergulhou nas entranhas da sociedade à procura de desvendar a identidade cultural brasileira, o solo comum de valores que nos permitiria pensar na possibilidade de uma sociedade nacional, integrada, homogênea e harmônica (COSTA, 1992).

Gilberto Freyre escreveu nos anos 30 a histórica obra *Casa Grande e Senzala*, que envolve um contexto histórico ímpar, singular da formação da sociedade brasileira. As estruturas sociais e econômicas são apresentadas claramente na obra, como o latifúndio e a escravidão, a casa-grande e a senzala que eram o alicerce da ordem escravocrata. Todavia, não se pode negar que a história que está descrita na obra se trata da história de muitos de nós, de quase todos nós - senhores e escravos, conforme o pensamento de Costa (1992).

Outra importante obra clássica, essencial para a compreensão dessa sociedade complexa - que é o Brasil da atualidade - é a *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* de Caio Prado Júnior (1972), onde se apresenta ampla

pesquisa acerca do período colonial. O autor expõe o dilema que se passava o país que era modificar-se ou extinguir-se e para que isso ocorresse deveria passar por um profundo processo de transformação.

Caio Prado (1972) afirma que o Brasil contemporâneo se definiu por seu passado colonial, mais as mudanças ocorridas, considerando que naquele passado se constituíram os fundamentos da nacionalidade brasileira, povoou-se um território semideserto, organizou-se nele uma vida humana que diferente daquela que já havia aqui (dos indígenas e da dos portugueses).

Porém, a grande questão com que se preocupa o autor, a partir da qual ele delimita seu objeto de estudo na obra *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, é que temos um Brasil que ainda não se sedimentou, e está em suas linhas definidoras, possuindo ainda a presença expressiva do passado colonial, isto pode ser constatado quando ele diz que no campo econômico “o trabalho livre não se organizou”, tem-se apenas um ajustamento em pleno vigor, mas que “conserva traços bastante vivos do regime escravista que o precedeu”. O mesmo se afirma no campo econômico, onde nossa economia é voltada para a produção extensiva, aos mercados externos e ainda da falta de um mercado interno alicerçado e organizado. No campo social, “ainda conservam nossas relações sociais em particular as de classe, um acentuado cunho colonial” (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 7).

Desta forma, para Caio Prado (1972) o Brasil se organizou puramente a partir de uma economia exógena, isto quer dizer que ele se articulou em uma organização produtora, industrial, se constituindo em uma colônia brasileira que não atendia aos interesses internos, se formou tendo como princípio uma colônia de exportação.

Segundo Caio Prado (1972), se formos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro, diamante; depois algodão e o café para o comércio europeu, nada mais que isto. Com tal objetivo – o exterior, foi que se organizou a sociedade e a economia brasileiras. Cabe salientar que esses dados históricos são indispensáveis para interpretar e compreender a atualidade brasileira, que se encontra em constante transformação.

2 | DESENVOLVIMENTO

O processo da colonização portuguesa no Brasil foi originalmente alicerçado na grande propriedade monocultora, na mão de obra escrava africana, com base econômica voltada para a produção de gêneros destinados ao comércio exterior, sendo que, mais tarde, a força de trabalho foi fornecida por homens livres vinculados à *plantation* (FORMAN, 2009).

Todavia, também existiam outras relações de trabalho, isto é, escravos que trabalhavam em outras atividades, além da mão de obra escrava, alguns escravos realizavam o cultivo de gêneros agrícolas destinados ao próprio sustento e para venda no

mercado; outros trabalhavam como aprendizes, barqueiros, produção de artesanatos entre outros. A essas atividades Cardoso (1987) no artigo intitulado *A “brecha camponesa” no Brasil: realidades, interpretações e polêmicas* denominou de protocampesinato ou brecha camponesa.

Os termos protocampesinato ou brecha camponesa advêm da prática a qual alguns senhores proprietários de latifúndios de engenho, tinham em permitir o uso de parcelas de lotes de sua propriedade para que seus escravos produzissem seus alimentos. Essa prática se confirma na fala de Jacob Gorender *apud* por Cardoso (1987) quando diz que os portugueses já concediam parcelas de terras aos escravos, antes mesmo da colonização do Brasil, na Ilha de São Tomé para que pudessem produzir para seu próprio sustento.

Cardoso (1987) mostra o protocampesinato como uma conquista dos escravos, isto é, um resultado de lutas de classe. Esse autor acrescenta que a brecha camponesa a qual se referi é uma brecha para o escravo, que abre possibilidades inéditas para atividades autônomas dos cativos. Porém, o escravo só poderia trabalhar nas terras nas horas em que não estivessem envolvidos com o trabalho nas monoculturas.

Para os senhores proprietários das terras tal prática aumentava os seus lucros ao amortecer os gastos que os mesmos tinham com as roupas e a alimentação de seus escravos. Já para os escravos, tal medida era benéfica por oportunizar a aquisição de outros produtos e certa melhoria na sua condição de vida.

O autor salienta que os negros gostavam do sistema de independência que lhes davam os lotes, pois de certa forma, estavam tirando a responsabilidade dos senhores de sustentá-los. Cardoso ainda diz que os escravos utilizados na agricultura eram capazes de participar na economia de mercado e acumular certo capital, explicando como muitos escravos conseguiam recursos financeiros para compra da sua liberdade. Pode-se dizer, então, em consonância com Cardoso (1987), que a brecha camponesa colaborou na redução dos conflitos entre escravos e senhores.

É fato que vários acontecimentos marcaram a história do Brasil e o setor agrário nos últimos séculos, em especial a história do desenvolvimento do campesinato brasileiro, marcada por lutas e conflitos em busca da terra para promover o seu próprio sustento.

Historicamente, o setor agrário brasileiro abrigou mão-de-obra diversificada, formada em uma multiplicidade de configurações de posse da terra. De acordo com Forman (2009) em sua obra *Camponeses e sua participação no Brasil*, o autor apresenta esse complexo sistema social, o qual a sociedade brasileira ao mesmo tempo em que o coloca como parte integrante da vida nacional, limita a sua participação integral na vida boa. O autor afirma que “isto não é apenas uma maneira complicada de dizer que o camponês brasileiro é essencialmente um cidadão de segunda categoria”, porém esse dilema que tentará esclarecer, sobre a maneira pela qual o camponês é obrigado a produzir um sistema do qual na realidade ele não participa (FORMAN, 2009, p. 9).

Forman, em sua obra, pretende demonstrar os diversos tipos de camponeses na

perspectiva do Brasil contemporâneo. Quer tirá-los “das sombras da história brasileira, às quais têm sido relegados, e esclarecer seu papel no desenvolvimento da nação” (FORMAN, 2009, p. 9).

Para Forman os camponeses que eram também denominados como os lavradores, moradores e foreiros, tiveram diferentes conexões socioeconômicas com os senhores de engenho. Esses atores faziam parte do importante segmento da população camponesa do Brasil que tinham suas raízes profundas no passado colonial.

Forman (2009) diferencia em sua obra cada uma das três caracterizações de camponeses, sendo para ele o lavrador um pequeno e independente cultivador, com relevante função na economia açucareira do século XVI, que cultivava cana-de-açúcar na sua própria terra e a vendia aos engenhos. O termo lavrador era utilizado a um parceiro de uma grande *plantation* que não pagava renda ou taxas.

Já o morador também residente nas terras do engenho, não era apenas fornecedor de alimentos; ele constituía uma reserva de mão-de-obra para a indústria açucareira e era obrigado a dar vários dias de trabalho, mediante pequena remuneração.

Da mesma forma os foreiros alugavam dos senhores de engenho terras marginais, nas quais cultivavam suas lavouras para consumo próprio. Além da baixa renda que pagavam, faziam trabalho do tipo corveia durante as épocas de plantio e de colheita.

Pode-se afirmar que o campesinato no Brasil surgiu de um conjunto de ocorrências históricas, como subproduto de um complexo sistema de comercialização, interna e externa, em desenvolvimento. Ele se integrou na nação brasileira por meio de um conjunto hierárquico de relações mantidas por medidas repressivas sociais e econômicas (FORMAN, 2009).

O campesinato, sistema composto por múltiplos elementos, isto é, por uma diversidade de indivíduos, é definido por Marques como:

[...] um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade (MARQUES, 2004, p. 145).

O camponês brasileiro de vida tradicional e estabelecido sob os preceitos morais de acordo com Marques (2004), alicerçados no tripé família, trabalho e a terra, na perspectiva de Forman (2009), esse mesmo camponês está integrado num complexo sistema social do qual só participa parcialmente. Ele é ao mesmo tempo um produtor de mercadorias e um consumidor de uma diversidade de bens, produzidos localmente, bem como, vindos dos centros industriais. A disposição da vida econômica camponesa concebe uma reação equilibrada ao seu duplo papel - produtor e consumidor. Esse equilíbrio é muitas das vezes precário, e muda à medida em que o comércio avança no campo. Assim, é a forma e a

função do seu vínculo com o mercado.

Cabe enfatizar que desde os primórdios da colonização o camponês brasileiro estava embrenhado de alguma forma em atividades mercantis, por exemplo, atuou como vendedor de gêneros alimentícios em feiras locais (FORMAN, 2009). Ao passo que a maior parte da produção dos camponeses era para sua subsistência, o fato de reservar os excedentes para venda assinalou o começo de uma atividade comercial interna no campo brasileiro.

Forman (2009, p. 46) acrescenta que “a entrada do campesinato nesta arena comercial foi instigada pela falta crônica de alimentos numa economia orientada para a exportação”, o que o fez vender parte de sua safra em fazendas e cidades vizinhas.

Inúmeras foram as contribuições dos pesquisadores que estudaram sobre esse tema – campesinato brasileiro. Ao buscar conhecer mais sobre essa temática se torna imprescindível assinalar os estudos de Laura de Mello e Souza em especial sua obra *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira do século XVIII* (1982). O objeto de estudo de Laura é o desclassificado social (homem livre, pobre e miserável que em uma sociedade escravista, não oferece vantagens em relação ao escravo), onde a qual se utiliza da dimensão espaço-temporal a região das Minas Gerais no período colonial - século XVIII.

A autora faz uma análise dos indivíduos que se situavam fora das classes sociais presentes na sociedade colonial - senhores de engenho e escravos - e como eles se encaixavam nessa sociedade. Laura de Mello Souza (1982) desvenda um importante processo de exclusão econômica e social e a criação de uma concepção de vadiagem, onde a escravidão era justificada por essa concepção, ou seja, a liberdade tornava o escravo livre em vadios, assim não havia sentido em abolir a escravidão no pensamento da época.

Acreditava-se que ao libertar os escravos aumentaria o contingente de vadios, acarretando ônus para a sociedade, além ainda do possível aumento de crimes. Essa ideia de vadiagem revela a face oculta de um sistema que criava, explorava e depois abandonava o escravo quando este não possuía mais nenhuma utilidade (SOUZA, 1982).

Para Laura o desclassificado social é uma expressão que

Remete, obrigatoriamente, ao conceito de classificação deixando claro que, se existe uma ordem classificadora, o seu reverso é a desclassificação. Em outras palavras: uns são bem classificados porque outros não o são, e o desclassificado só existe enquanto existe o classificado social, partes antagônicas e complementares do mesmo todo (SOUZA, 1982, p. 13-14).

Nos estudos de Laura em sua obra *Desclassificados do ouro*, a autora mostra que foi relevante o aparecimento, nos séculos XIII e XIV, de um novo tipo de pobre: aquele a quem Mollat chamou de “pobre laborioso”, que era o camponês trabalhador expropriado, que não conseguia sustentar a família com o seu trabalho. Segundo Laura, com a dissolução das relações servis e a acumulação primitiva, aumentava-se o número dessa nova camada social, também considerada a “classe perigosa”, cuja característica era a pauperização crescente (SOUZA, 1982, p. 53-54).

Essa camada não possuía estrutura social configurada, caracterizava-se pela inconstância e pelo trabalho esporádico. Ocupava funções que o escravo não podia realizar, ou por ser antieconômico desviar mão-de-obra da produção, ou por colocar em risco a condição servil: funções de supervisão (feitor), de defesa e policiamento (capitão-do-mato, milícias e ordenanças) e funções complementares à produção (desmatamento, preparo do solo para o plantio) (SOUZA, 1982).

A pesquisadora Laura de Mello Souza (1982) relatou em sua obra que no início do século XIX, os viajantes traçaram a representação desses indivíduos como a de homens que vegetavam no sistema, voltados para uma agricultura de subsistência que mal conseguia impedir com que morressem de fome. Da mesma forma, essa categoria social que caracterizava a consciência coletiva de um momento histórico: o do surgimento do capitalismo, era revestida pela ideia de inutilidade.

Entretanto, Laura de Mello Souza (1982) não deixou de examinar em sua obra os diferentes aspectos de que se revestia a utilidade dessa categoria social - a dos desclassificados, tais como: a de povoar locais distantes; de realizar tarefas que não podiam ser cumpridas pela mão-de-obra escrava; constituição dos corpos que se aventuravam pelo sertão em estradas; a guarda, defesa e manutenção dos presídios; o trabalho nas obras públicas e na lavoura de subsistência; a formação de corpos de guarda e polícia privada; a composição de corpos de milícias coloniais e de outros recrutados esporadicamente para fins diversos. Seria a ideia de mão-de-obra alternativa, de um tipo de exército de reserva da escravidão. O ônus representado pelos desclassificados convertia-se, através do castigo, em trabalho, e, portanto, em algum tipo de utilidade.

Sobre o estudo do campesinato brasileiro e suas diferentes manifestações, faz-se imprescindível apresentar, da mesma forma que os outros estudiosos sobre o assunto, expostos até então neste artigo, as contribuições trazidas por Maria Izaura Pereira de Queiroz, em especial a sua obra *O campesinato brasileiro* (1976).

Em sua trajetória a pesquisadora procurou investigar o processo de mudança social no Brasil por meio do estudo de grupos subalternos, isto é, de grupos pobres e dominados, que são capazes de se organizar e liderar movimentos em favor da melhoria de suas condições de vida segundo afirma Dora Vianna Vasconcellos (2017)¹.

De acordo com Vasconcellos (2017) Maria Izaura Pereira de Queiroz pratica uma sociologia política e não deixa de fazer uma interpretação do desenvolvimento do Brasil, bem como uma crítica aos projetos desenvolvimentistas lançados na década de 60 e 70, propondo uma reavaliação do campesinato.

Para Vasconcellos (2017), a pesquisadora se destaca ainda pelo rigor metodológico, pela maneira de abordar o tema (campesinato), sobressaindo à prática da sociologia, embora, tenha diálogo com outras áreas, sua preocupação maior é com a mudança social;

¹ Notas de aula realizada pela autora deste artigo a partir da explanação da palestrante convidada, Dora Vianna Vasconcellos, no dia 30.05.17.

preocupa-se em elaborar um diagnóstico sobre a mudança social no Brasil. Reconhece o campesinato como ator político, isto é, ativo politicamente, mas que nasceu de uma organização social tradicional, onde as relações sociais eram marcadas pela personalidade.

Maria Izaura caracteriza melhor as relações humanas, como o campesinato reagia, como se contrapunha; chama a atenção para o compadrio, parentela (organização vertical), organização social tradicional; bairro rural (instituição igualitária) cuja distribuição mais elementar é de famílias conjugais, com relações vicinais, destaque para o mutirão, reciprocidade de favores dava existência ao compadrio. Enfatiza que o campesinato não vivia em anomias, nele existiam determinadas forças que os uniam, possuía vida social intensa, com festas religiosas; quando esses fatores de aproximação se ausentavam da convivência desses indivíduos o bairro rural e o campesinato perdem suas forças de acordo com a exposição de Vasconcellos (2017).

A palestrante convidada ainda destaca em sua fala que para Maria Izaura Pereira de Queiroz a anterioridade da existência e da diversidade, *sui generis*, o campesinato sempre existiu por que sempre houve a necessidade de abastecer as cidades e que não se está negando a existência e o debate internacional dos vários esquemas interpretativos, diversidade das oposições sobre essa complexa temática. Hoje vendo a *posteriori* poderia se explicar de outra forma, mas para a época, o contexto da obra (por volta de 1960) Maria Izaura era pioneira.

Para Vasconcellos (2017) a abordagem de Maria Izaura ainda é bastante atual e está sendo revisitada por pessoas que mais trabalham sobre os movimentos sociais no campo. A pesquisadora produz uma análise retrospectiva, um pensamento social anterior a ela, para desenvolver algumas coisas em comum e posteriormente se contrapor e dialogar, a fim de avançar no conhecimento e sugerir novas propostas.

Em *O campesinato brasileiro* (1976), Maria Izaura Pereira de Queiroz faz essa análise retrospectiva a partir de uma diversidade de grandes pensadores estudiosos dessa temática – o campesinato brasileiro, entre eles ela apresenta que talvez Caio Prado Jr. seja “o primeiro a dar um lugar na paisagem social do meio rural brasileiro a esta camada que não podia ser incluída nem entre os fazendeiros nem entre os trabalhadores sem terra” (QUEIROZ, 1976, p.11).

Maria Izaura também cita Jacques Lambet que chama a atenção para esta camada social que com suas roças policultoras garante o abastecimento de mantimentos à maior parte da população.

Da mesma forma Maria Izaura expõe o trabalho de Nice Lecoque Miller sobre os pequenos lavradores em SP, também denominados de sitiantes. Estes são apresentados como os responsáveis pela lavoura que cultivam, trabalham diretamente na terra com o auxílio da sua família, exprimem a relação trabalho do homem sobre a terra; trabalho independente; de economia doméstica e plantações realizadas a partir de técnicas rudimentares. Outra característica desses sitiantes é a sua rusticidade e precariedade de

vida que sempre o distinguiram, bem como a sua mobilidade espacial que se iniciou desde os tempos coloniais (QUEIROZ, 1976).

Isso mostra que os sítiantes não ficavam restritos ao âmbito do município. De acordo com Queiroz (1976), eles conheciam várias regiões e realidades socioeconômicas diferentes, pois estavam em permanente circulação dentro de sua região, sendo por vezes solicitados a sair de seus bairros pelas atividades econômicas e ou religiosas. Deste modo, a economia colabora para tirar o sítiante de um estado de isolamento.

Conforme Queiroz (1976), o sítiante formava a camada intermediária desde o início da colonização do país; ele não se tratava de gente isolada, mas sim de gente que se movimentava em sua vida cotidiana conhecendo outros ambientes e outras configurações sociais diferentes da sua. Esse sítiante tradicional brasileiro na visão de Maria Izaura se classificaria como um camponês, segundo estudiosos franceses.

Os camponeses, para Queiroz (1976), têm duas orientações, sendo uma histórica e outra sócio antropológica. A histórica tem lugar a partir da gênese deles e a sócio antropológica em que se procura definir tais conjuntos dentro do contexto sócio histórico e antropológico atual, relacionando com diversos tipos sociais atuais. Com tais características, o caráter de submissão socioeconômica e política do campesinato se conservam apesar das transformações da sociedade global; pode-se dizer que nem no passado e nem no presente chegue ele a alcançar poder político e prestígio.

No Brasil, por muito tempo, se negou a existência de uma camada camponesa, falava-se de uma servidão disfarçada que viera a substituir o trabalho nas empresas rurais do tipo capitalista. A partir da visão de Queiroz (1976), o caráter fundamental da definição de camponês, é o destino dado ao produto, pois o objetivo desse trabalhador rural é o de plantar para sustento da própria família; sua colheita não é destinada a obtenção de lucros, não deve ultrapassar certo nível de gasto para não onerar a disponibilidade econômica familiar, isso quer dizer que são autossuficientes e independentes da economia urbana.

Maria Izaura acrescenta sobre o campesinato que ele, sociologicamente, constituiu sempre uma camada subordinada dentro de uma sociedade global – subordinação social, econômica e política e que a camada superior tanto poderia ser a camada senhorial quanto as camadas urbanas. Diante disso, a pesquisadora afirma que é impróprio falar de sociedades camponesas, considerando que as sociedades se caracterizam pelas camadas dominantes, não existiram nunca sociedades camponesas. O que sempre existiu foi um conjunto de camponeses ocupando na sociedade global uma posição de inferioridade socioeconômica e política, muito embora possa instituir a massa majoritária da população (QUEIROZ, 1976).

Vale mencionar, a partir do pensamento de Maria Izaura, que a camada de sítiantes independentes sempre existiu entre os fazendeiros e os escravos, anulando a dualidade que tem sido encarada como tradicional, porém afirma que não seria somente esta a única camada intermediária que teria versado a história do Brasil tradicional. A pesquisadora

aponta que existiu uma hierarquia social interna nos engenhos de açúcar e fazendas de café, que admitiam um nível social médio constituído por administradores, escrivães, fiscais, feitores entre outros. Embora ainda submissos dos salários dos senhores, tinham traços de embrionária classe média, certa cultura técnica e intelectualizada que não era acessível à grande maioria. O desejo de independência desta classe estava relacionado à ascensão social (QUEIROZ, 1976).

Entretanto, a história da classe camponesa, ao longo de sua trajetória passou por ressignificações e recebeu diferentes denominações como a camada intermediária, sitiante, caboclos, caipiras, homens livres pobres entre outras, tanto no Brasil quanto em outros países, foi uma história marcada por reivindicações, tensões sociais e políticas, ou seja, por intensas lutas e conflitos objetivando a posse da terra.

Na clássica obra de José de Souza Martins (estudioso da formação social brasileira) intitulada *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político* (1981), o autor elucida os sentidos das palavras camponês e campesinato, as quais foram introduzidas pelas esquerdas há pouco mais de duas décadas e procuram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país nos anos 50.

O estudioso da formação social brasileira apresenta as diferentes denominações das regiões do Brasil, assim como exposto por outros intelectuais neste artigo, como o caipira, palavra possivelmente de origem indígena, utilizada para designar o camponês das regiões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Mato Grosso do Sul. No litoral paulista esse mesmo trabalhador é conhecido como caçara. No nordeste do país é chamado de tabaréu. Em outras regiões é conhecido como caboclo, palavra muito difundida que quer dizer diferentes coisas em diferentes épocas e lugares: em São Paulo do século XVII era denominação depreciativa pela qual se nomeavam os mestiços de índios e brancos; no Norte e Centro-Oeste do país é palavra utilizada para distinguir o pagão do cristão, sendo nome que se dá ao índio, mesmo em contato com o branco, em várias regiões é palavra que designa o homem do campo, o trabalhador (MARTINS, 1981).

De acordo com José de Souza Martins, são palavras que desde tempos remotos possuem duplo significado. Referem-se aos que vivem no campo, fora das povoações e das cidades e que por isso também são rústicos e atrasados ou, então, ingênuos e inacessíveis. Têm também o sentido de tolo, de tonto. Às vezes dizem também ser preguiçoso, que não gosta de trabalho. No geral são palavras de cunho depreciativo e ofensivo.

Martins (1981) apresenta da mesma forma as diferentes designações atribuídas aos proprietários de terras de acordo com a região e a atividade, como: estancieiros no sul; fazendeiros em São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Paraná e Minas Gerais; senhores de engenho no Nordeste; seringalistas no Norte. Essa classe teve sua denominação mudada a partir do debate político nacional que alcançou da mesma forma os camponeses - passaram a ser designados de latifundiários.

O clássico estudioso da formação social brasileira enfatiza que

essas novas palavras - camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1981, p. 22-23).

Nota-se a partir do exposto, tendo como alicerce José de Souza Martins (1981) que as diferentes denominações da palavra camponês, nas diversas localidades do país tinham um duplo sentido. Definiram-no como aquele que está em outro lugar, no que se refere a espaço e como aquele que não está, senão nas margens da sociedade. Ele não é de fora e muito menos de dentro, ou seja, um excluído, o qual os militantes, os partidos e os grupos políticos vão encontrá-lo, como um estranho chegando tardiamente ao debate político. Sendo em algumas ocasiões encarado como uma ameaça em outras como um incapaz de fazer história, de operar no processo histórico senão no sentido de contê-lo.

A exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento da sua ação política. Se fazendo imperativo compreender a história dessa exclusão, no sentido econômico, social e político. Essa exclusão decidiu o lugar do camponês no processo histórico. A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui a expressão da forma como tem se dado a sua participação nesse processo - alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando (MARTINS, 1981).

Em consonância com o pensamento de José de Souza Martins, as lutas e reivindicações camponesas precisam de organização e principalmente de uma estrutura partidária para encontrarem a unidade da sua diversidade, uma força política que o localize socialmente e o seu lugar tanto no processo político quanto na aliança com as classes sociais que se defrontam com as classes dominantes e o estado.

Para Martins (1981) esse fato adquire o seu sentido na história de um campesinato brasileiro cada vez mais insubmisso, contra a dominação pessoal de fazendeiros e coronéis e contra a desapropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários.

A partir dos anos 50, a classe camponesa de várias regiões do país começou a manifestar vontade política, rebelou-se de diversas maneiras contra seus dominadores, constituiu-se em ligas e sindicatos, passou a exigir seus direitos na justiça e do Estado passou a cobrar uma política da reforma agrária; além disso, resistiu a expulsões e despejos, ergueu barreiras, fechou estradas para obter melhores preços para seus produtos (MARTINS, 1981).

Para o autor da obra *Os camponeses e a política no Brasil*, certamente, o que marcou as lutas camponesas dessa época foi

a disputa entre as Ligas Camponesas, o PCB e a igreja pela hegemonia na organização dos camponeses e trabalhadores rurais, [...]. Da aliança entre os católicos e comunistas, excluídas as Ligas surgiu o mais importante resultado político desse período, para o campesinato - a CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e a estrutura sindical que lhe corresponde (MARTINS, 1981, p.10).

As lutas camponesas se modificaram com o passar dos anos, sobretudo a partir de 1964. A questão da reforma agrária no Brasil, antes dessa época, tinha sua base social nos arrendatários, parceiros e foreiros.

Em conformidade com Martins (1981), no Brasil o campesinato é uma classe e não um estamento. É um campesinato que entra na terra e mesmo sendo expulso dela, a ela retorna, ainda que seja para uma terra distante daquela de onde saiu. E ainda, conforme Martins, o campesinato brasileiro é formado com a expansão capitalista, isso significa como produto das contradições dessa expansão. Por isso as ações e lutas camponesas, recebem do capital, reações de classe tipo: agressões, uso da violência, tentativas de aliciamento, de acomodação, de subordinação.

O direito de propriedade que o camponês recorre judicialmente para resistir às tentativas de expropriação é o mesmo direito que o capitalista recorre para desapropriar o camponês. É das contradições desse direito que surgem as diferentes interpretações sobre a terra camponesa e a terra capitalista – terra de trabalho e terra de negócio. Essa contradição, de acordo com Martins (1981) está no fato de que o mesmo código garante direitos incompatíveis na nossa situação – o do “pequeno” e o do “grande”; o do camponês e o do capitalista.

Para José de Souza Martins “é um campesinato que tem, na sua relação com o capital, contradições diferentes daquelas que tem o operário”. O camponês não é uma figura do passado, mas do presente da história capitalista do país (MARTINS, 1981, p. 16). Este estudioso elucida que foi o próprio capital, que com a crise do trabalho escravo, estabeleceu a apropriação camponesa da terra; uma contradição no momento em que o capital precisava de força de trabalho, trabalhadores destituídos de toda a propriedade que não fosse a da sua própria força de trabalho. Por essa razão Martins esclarece que o camponês brasileiro não é um enraizado, na verdade é o oposto; o camponês brasileiro é desenraizado, migrante e itinerante, sendo seu deslocamento determinado pelo avanço do capital sobre a terra.

3 | CONCLUSÕES

Diante do exposto, apreende-se que o campesinato brasileiro apresentou diferentes manifestações de um passado de lutas e de resistências que foram sendo constituídas ao

longo da história do Brasil, isto quer dizer que se trata de um modo de vida que desde os tempos primórdios existia em nosso país e em outros locais no mundo. É a história desse complexo sistema social que passou por diversas ressignificações e reinterpretações no decorrer do tempo, a qual, distante de qualquer pretensão ambiciosa, objetivou-se expressá-la neste artigo.

A partir da releitura dos clássicos estudiosos da formação social brasileira e reflexão, foi possível fazer esse recorte e apresentar as contribuições desses intelectuais sobre o campesinato no Brasil a partir de sua origem; seu modo de vida; como se organizam; tipo de produção (centrada no seu próprio consumo); mobilidade geográfica (sempre em busca de um pedaço de terra fértil) entre outros. Simultaneamente, apresentou-se da mesma forma, essa categoria social como integrantes de um sistema que o reprime, o trata como um excluído nos sentidos político, social e econômico, ou melhor, o trata como um excluído do processo do desenvolvimento brasileiro. Essa exclusão institui o seu lugar no processo histórico, de alguém que participa como se não fosse essencial, segundo afirma Martins (1981).

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Ciro Flamarion S.. A “brecha camponesa” no Brasil: realidades, interpretações e polêmicas. In: **Escravo ou camponês**: o protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. Vertentes democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque. In: **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política. nº.26 São Paulo: Aug. 1992. ISSN 0102-6445. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451992000200008>. Acesso em: 18 jul 2017.

FORMAN, S. **Camponeses**: sua participação no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Bibliografia. 309 p. ISBN: 978-85-7982-002-1. Available from SciELOBooks <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 18 jul 2017.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O Campo no Século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. (p. 145-158).

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

VASCONCELLOS, Dora Vianna. Notas de aula realizada pela autora deste artigo a partir da explanação da palestrante convidada, Dora Vianna Vasconcellos, no dia 30.05.17.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arte 57, 58, 59, 60, 61, 65, 66, 82, 87, 93, 154

C

Campesinato brasileiro 68, 70, 72, 73, 74, 77, 78, 79

Classe camponesa 68, 76, 77

D

Desenho urbano 1

Discurso político 27, 32, 108

Ditadura civil-militar brasileira 108, 109, 112, 116, 118

E

Educação 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 34, 36, 38, 41, 42, 43, 45, 52, 53, 56, 81, 84, 86, 92, 119, 120, 123, 125, 126, 127, 156

Educandário 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20

Ensino de História 34, 35, 40, 42, 45, 46, 53, 55, 56, 156

Escravidados 34, 37, 39, 40

Esfera pública 147, 148, 149, 152, 155

H

Hanseníase 11, 12, 21

história 11, 19, 21, 22, 28, 33, 35, 38, 39, 40, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 58, 60, 68, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 93, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 129

História 11, 12, 21, 22, 34, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 66, 77, 80, 85, 93, 94, 95, 97, 98, 118, 122, 127, 128, 147, 155, 156

HISTÓRIA 34, 45, 52, 111

História africana e afro brasileira 34

História da Filosofia 95

História do Direito 95

História Ibérica 95

História Pública 45, 47, 48, 56

I

Indigenismo 57, 58, 60, 61, 66

M

Memórias sociais 119

Mídias alternativas 147, 148, 150, 151, 152, 153

Mulheres 14, 16, 18, 25, 35, 38, 39, 41, 42, 62, 63, 81, 87, 89, 90, 92, 121, 127, 132, 142, 154

Múmias 128, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

P

Paisagem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 74

Positivismo 80, 81, 82, 84, 93, 94

Práticas religiosas 128

R

Raízes históricas 68

Relações raciais 34, 35, 39, 42

Republicanismo 80, 81

Rituais fúnebres 128

S

Sensibilidades 48, 156

T

Terecô 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32

Trabalhadores 35, 74, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 110, 149

Trajetória profissional 119, 124

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 5

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 5

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)